

Ciência para os 99%

Anastasia Guidi Itokazu¹

Resumo: Neste artigo, proponho que a crise política que vivenciamos em todo o mundo está relacionada a uma crise epistêmica, e que uma revolução científica se impõe diante de nós: somente uma ciência feita pelos 99% e para os 99% pode fazer frente à onda de obscurantismo que ameaça as bases cognitivas da própria democracia. Na parte final do artigo, descrevo de maneira bastante geral algumas características que devem ser satisfeitas por essa ciência sucessora.

Palavras-chave: Epistemologia feminista – Ciência sucessora – Pluralismo metodológico – Pós-verdade – “Fake news”.

Science for the 99%

Abstract: In this paper I propose that the current political crisis spread around the globe is rooted on an epistemic crisis, which imposes the necessity of a scientific revolution: only a science made by the 99% for the 99% can oppose the rampant obscurantism that threatens the cognitive bases of democracy itself. In the final part of the article, I draw some general characteristics such successor science should have.

Keywords: Feminist epistemology – Successor science – Methodological pluralism – Post-truth – Fake news.

¹ Universidade Federal do ABC. Grupo Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar. Contato: anastasia.guidi@ufabc.edu.br

Introdução

As autoras do manifesto *Feminismo para os 99%*² defendem a superação da obsoleta distinção entre “luta de classes” e “lutas identitárias” com o objetivo de produzir uma *insurgência global de ampla base*³. Ao ler o manifesto, lamentei a ausência de um capítulo dedicado à ciência. Afinal, a atual crise do capitalismo, que constitui o mote do livro, vem acompanhada de uma crise epistêmica de proporções igualmente graves, expressa na popularização de termos como pós-verdade e “fake news”. A esta altura, está claro para qualquer observadora atenta que os reiterados ataques à educação e à ciência brasileiras nos governos Temer e Bolsonaro não se explicam apenas pelo seu viés privatista e neoliberal. Não é possível compreender esses ataques simplesmente a partir de uma suposta preocupação com as contas públicas, alegada por esses governos, até porque os ataques não se resumem a cortes de financiamento e bolsas de pesquisa, congelamento dos salários de docentes e dos orçamentos das universidades. Há neles um viés ideológico, que atinge o seu ápice quando o próprio Presidente da República despreza as recomendações científicas em uma situação de pandemia, lançando à morte mais de cento e vinte mil pessoas.⁴

A própria cultura, para usar um termo mais amplo que ciência, vem sendo sistematicamente atacada. É crucial reconhecer que o mesmo movimento que leva à negação das medidas de controle da pandemia propostas por epidemiologistas leva também ao desprezo das autoridades pela morte de um intelectual da magnitude de Aldir Blanc, em decorrência da Covid-19, e também à incapacidade dessas mesmas autoridades em trabalhar para garantir a segurança sanitária dos povos indígenas, particularmente sensíveis a doenças infecciosas, durante a pandemia. Proponho, neste artigo, uma articulação entre crise da democracia e ataques à cultura, à educação e à ciência brasileiras. Meu objetivo é destacar qual tipo de conhecimento produzido nas universidades brasileiras é mais apto a fazer frente à barbárie que se apresenta diante de nós.

Crise na democracia, pós-verdade e “fake news”

Roberto Leher⁵ se vale da teoria do capitalismo dependente de Florestan Fernandes para explicar o lugar ambíguo da universidade na sociedade brasileira e identificar as raízes do ataque que essa instituição vem sofrendo desde 2016 e, mais intensamente, no governo Bolsonaro. Essa ambiguidade expressa os conflitos sociais subjacentes ao fazer acadêmico, que tanto pode servir aos interesses particularistas dos detentores de poder econômico quanto responder aos anseios profundos de parcelas mais amplas da sociedade:

A função social das universidades em contextos favoráveis ao bem viver, à democracia, ao desenvolvimento econômico-social em prol da dignidade do trabalho e da igualdade social exige a interconexão entre ciência básica, ciência aplicada, tecnologia e pesquisa e desenvolvimento. Ao longo do presente livro foi reiterado que é preciso diferenciar interações positivas e virtuosas –

² Cf., ARRIZZA et al., *Feminismo para os 99%: um manifesto*.

³ ARRIZZA et al., *Feminismo para os 99%: um manifesto*, pp. 95-96.

⁴ Dados de 28 de agosto de 2020.

⁵ Cf. LEHER, *Autoritarismo contra a universidade*.

agricultura, saúde, fármacos, meio ambiente, educação, energia, planificação das cidades – em que a pesquisa sobre processos de produção e a criação de bens e direitos sociais em prol da vida regem as complexas interações das universidades com a produção material da vida daquelas interações que exacerbam a mercantilização e a comodificação do conhecimento em prol das expropriações, da exploração e da conversão da natureza em negócios direcionados à acumulação destrutiva do capital.⁶

Essa contradição entre o ensino voltado à emancipação e aquele que visa atender às necessidades do mundo do trabalho já se encontra na Constituição de 1988, onde se lê no Artigo 205: “a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”⁷

Seria ingênuo considerar que esses objetivos pudessem ser simultaneamente alcançados sem conflito, pois isso implicaria a inexistência de trabalhos alienantes e a congruência total entre aquilo que leva à emancipação do indivíduo e o que é requerido pelos processos de acumulação de capital. A partir de 2016, vêm sendo implementadas no Brasil políticas que visam resolver essa contradição eliminando da educação (e do conhecimento que constitui sua matéria) qualquer possibilidade libertadora, o que se traduz na prática não só em cortes de verbas e de bolsas, mas também na perseguição ideológica a docentes, militarização das escolas, ataques à autonomia das universidades e disseminação agressiva de conteúdos deliberadamente falsos nas redes sociais.

Os dicionários Oxford elegeram a expressão pós-verdade (*post-truth*) como palavra do ano de 2016. Esse ano foi marcado pelo “Brexit”, a saída do Reino Unido da União Europeia, pela eleição de Donald de Trump nos EUA e, no Brasil, pelo golpe de estado que destituiu a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff sob a acusação de ter cometido “pedaladas fiscais”. A expressão “pós-verdade” é definida na página *online* do dicionário como “relativo a ou denotando circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes para moldar a opinião pública do que apelos à emoção ou a crenças pessoais.”⁸ É difícil precisar quando essas circunstâncias se estabeleceram no Brasil⁹, mas é

⁶ LEHER, *Autoritarismo contra a universidade*, pp. 100-101.

⁷ CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, *apud* CARA, “Contra a barbárie, o direito à educação”, p. 27.

⁸ “*Post-truth* is an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief.’” In: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>.

⁹ Marcio Moretto Ribeiro faz um estudo das redes “conservadoras” no Facebook e propõe que esse discurso começa a se cristalizar a partir de 2013, assumindo a partir de então a seguinte forma geral: “[...] qualquer indivíduo tachado de *vagabundo*, incluindo o menor de idade, perde todos os seus direitos no momento em que opta pela via do crime. Ele deve ser encarcerado ou mesmo morto. Aqueles que protegem o ‘cidadão de bem’, portanto, são vistos como os heróis dessa sociedade. Citando uma frase muito compartilhada de Jair Bolsonaro, é preferível ‘um presídio lotado de vagabundos do que um cemitério cheio de inocentes’. Para essa concepção, o motivo pelo qual pessoas seguem a vida do crime é uma educação equivocada; é preciso desde cedo disciplinar as crianças que apresentam comportamentos desviantes da norma para evitar que se tornem vagabundos ou promíscuos; aqueles que defendem os direitos humanos dos bandidos são os mesmos que propagam uma educação frouxa e promíscua que retira a inocência das crianças e as tornam vulneráveis aos pedófilos. Esses, chamados de *esquerdopatas*, são os inimigos; fazem isso para manter a população ignorante e refém de programas sociais que perpetuam políticos corruptos no poder; Lula é o chefe dessa quadrilha que tem o controle do judiciário, pois nomeou os ministros do STF, e dos movimentos sociais e sindicatos, que servem como braço armado de um governo mais preocupado em mandar dinheiro para países da América Latina e para sustentar vagabundos do que com os trabalhadores...” (RIBEIRO, “Antipetismo e conservadorismo no Facebook”. In. SOLANO, E. (Org.), 2018, p. 89).

certo que “mamadeiras de piroca” e “kits gay” foram decisivos na eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 - como também é certo que são essas mesmas redes que agora disseminam notícias falsas minimizando a gravidade da pandemia de Covid-19, negando as mais de 120 mil mortes que oficialmente já ocorreram no Brasil¹⁰ e convocando populares para agredir profissionais da saúde nas portas dos hospitais. É comum que se atribua, pelo menos em parte, a responsabilidade por essa situação aos “pós-modernos” em geral, relativistas ou às epistemologias de saberes situados que, ao atacarem a ideia de verdade objetiva, colocariam todos os discursos, mesmo os mais estapafúrdios, em situação de igualdade¹¹. Proponho aqui uma explicação alternativa, que enxerga a raiz do problema em uma ciência que é frequentemente enviesada e pouco objetiva na medida em que prioriza a dominação dos povos, a exploração da natureza, a guerra permanente e a acumulação de capital.

Correlata à noção de “pós-verdade”, outra expressão da língua inglesa a ter se popularizado recentemente no Brasil é “*fake news*”. O controverso conceito parece ter surgido a partir do trabalho do jornalista canadense Craig Silverman, que em 2017 chamou a atenção para um tablóide que alardeava um falso surto de ebola no estado estadunidense do Texas, e ganhado destaque com as tentativas de explicar o fenômeno da eleição de Donald Trump¹². Essas notícias deliberadamente falsas, que antes ocupavam as páginas dos tabloides, agora se disseminam nas redes sociais com velocidade e abrangência espetaculares. No contexto da pandemia de Covid-19,

[...] alegações imprecisas representam um perigo claro e direto não só para o indivíduo, mas também para o coletivo e a saúde pública. Além das panaceias e das imprecisões sanitárias, há também alegações não científicas política e racialmente carregadas sobre a COVID-19. O sociólogo sul-africano Stanley Cohen descreveu a recorrência histórica de diversos “pânicos morais” como fenômenos associados a condições, pessoas ou grupos – os “demônios folclóricos” – que se instalam como grave ameaça aos valores e interesses coletivos. Perante perigos iminentes seus perpetradores (definidos por Cohen como “*empreendedores morais*”) elaboram narrativas de risco que, ao se articular a um medo que paira, razão que assombra, ignorância que impera ou ameaça que emerge, incitam ao ódio e à necessidade de reação imediata. Narrativas como essas, como as que agora afirmam que pessoas de determinada origem são mais suscetíveis a espalhar a COVID-19, e que esta teria sido engendrada em laboratórios como parte de uma conspiração escusa, levaram a vários casos notórios de discursos de ódio e discriminação.¹³

A multiplicação de narrativas sem base empírica ou qualquer vestígio de consistência lógica nas redes sociais tem levado os grandes meios de comunicação brasileiros a se apresentarem como contraponto, uma vez que o papel do jornalismo consistiria em revelar

¹⁰ Conforme mencionado anteriormente, esses dados são de 28 de agosto de 2020.

¹¹ WIGHT, “Post-truth, postmodernism and alternative facts”, pp. 17-29.

¹² SAUVAGEAU et al. *Les fausses nouvelles: nouveaux visages, nouveaux défis*, p. 2.

¹³ VASCONCELLOS-SILVA e CASTIEL, “COVID-19, as *fake news* e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas”, p. 6.

a Verdade à população. Infelizmente, não se trata de um dilema tão simples – ou sequer de um dilema, em sentido estrito. Se uma mídia imparcial é importante para a saúde da democracia, ela também é algo muito diferente do que temos hoje no Brasil:

A imparcialidade é inacessível, mesmo que seja buscada com sinceridade, uma vez que todos nós vemos o mundo a partir de uma determinada perspectiva – vinculada à nossa posição social, à nossa trajetória e aos interesses aos quais estamos ligados.¹⁴

Essa é uma afirmação de ordem epistemológica. O discurso jornalístico, como qualquer outro discurso relativo à experiência compartilhada, não pode jamais alcançar uma objetividade plena, pois carrega os interesses e valores de quem o enuncia. Mas para além dessa questão fundamental, está claro que nas últimas décadas a mídia corporativa não teve como preocupação central construir uma relação de confiança com a população.¹⁵ Ou seja, não há, da parte dos grandes jornais, revistas e emissoras de televisão, uma busca honesta pela imparcialidade. Se as redações dos jornais fossem ambientes mais plurais, a situação certamente seria melhor, mas isso iria de encontro aos interesses da mídia corporativa: “Muitos fatores contribuem para a redução do pluralismo jornalístico. A origem social dos profissionais costuma ser similar; mesmo que não o seja, eles passam por processos comuns de socialização nas faculdades e nas redações. As empresas são organizações capitalistas voltadas para o lucro, assim como os anunciantes, o que já circunscreve um conjunto bem determinado de interesses.”¹⁶ Para além das notícias falsas disseminadas pelas mídias sociais através das novas tecnologias, há o caráter enviesado da mídia tradicional que a história recente do Brasil não nos permite desconsiderar. Os telejornais certamente não negam a existência do coronavírus como fazem alguns memes compartilhados no Whatsapp, mas defendem a volta às aulas e a reabertura do comércio e de restaurantes “com os devidos cuidados”, o que quer que isso signifique quando uma doença respiratória transmissível pelo ar segue matando cerca de mil brasileiros por dia. Jornalistas de grandes veículos de imprensa que apoiaram a ditadura e o Golpe de 2016 agora aparecem como arautos da Verdade diante das “*fake news*” compartilhadas nas redes sociais. Essa é uma situação preocupante e complexa que evidencia a urgência de que se desenvolva um senso crítico mais robusto na população, o que só é possível com uma educação democrática. Meu objetivo aqui é descrever que tipo de conhecimento científico pode subsidiar uma educação desse tipo, que funcione como uma “vacina” contra a pós-verdade, o negacionismo científico e o desprezo pela cultura. Em especial, a implementação de políticas afirmativas, como as políticas de cotas, tem contribuído para a produção de uma ciência mais plural e inclusiva que, como mostrarei a seguir, é mais apta a fazer frente às ameaças que as democracias ocidentais têm enfrentado neste começo de Século XXI.

¹⁴ MIGUEL, *O colapso da democracia no Brasil*, p. 121.

¹⁵ “En lo que hace a los noticieros, reportajes y programas similares, la audiencia no tiene plena garantía de si se trata de algo real o inventado. Curiosamente, los esfuerzos de las estaciones de televisión se han empeñado más en construir una apariencia de verdad (mediante el exceso de imagen, sobreinformación y estetización) sin preocuparse por el establecimiento de relaciones de confianza basadas en principios éticos.” (VILA DE PRADO, “La posverdad y la espiral del silencio”, p. 14).

¹⁶ MIGUEL, *O colapso da democracia no Brasil*, p. 123.

O Século XX viu a explosão de duas bombas atômicas sobre as cidades densamente povoadas de Hiroshima e Nagasaki no Japão, assim como os horrores de Auschwitz, Dachau e os demais campos de concentração nazistas. Esses eventos exigiram uma crítica da filosofia iluminista, uma vez que constituíram produtos monstruosos daquela ciência que em tese não deveria tê-los produzido. Paralelamente a isso, a física do início do Século XX produziu uma revolução epistemológica ao trazer para o centro do debate a crítica à indução que havia sido feita por Hume¹⁷. A noção kuhniana de incomensurabilidade dos paradigmas¹⁸ e a dificuldade subsequente em se definir progresso científico refletem o fato de que a mecânica quântica desafia uma série de princípios caros à ciência a partir do Século XVII, como a distinção entre sujeito e objeto e a ideia geral de que a evolução temporal de um sistema físico pode ser determinada se conhecermos o estado inicial e as leis que regem seu desenvolvimento. Mas não é óbvio como esses problemas teóricos se relacionam ao problema prático de reformarmos uma ciência que, bem ou mal, mostrou que se presta ao assassinato em massa. Hoje, pesquisadores que se dedicam aos dois problemas sequer costumam frequentar as mesmas reuniões científicas e publicar nas mesmas revistas. E, no entanto, as questões encontram-se inevitavelmente entrelaçadas, da mesma forma como a ciência do Século XVII e XVIII, que eliminou a alma do mundo e o transformou em um objeto regido por leis matemáticas, fez isso tornando-o mais adequado à exploração colonial e ao tráfico de escravos. Afinal, se o Século XX nos ensinou uma lição sobre a ciência, é que ela possui historicidade e jamais pode alcançar uma objetividade plena.

Uma ciência feita exclusivamente pelo colonizador, pelo homem branco, pelas elites econômicas, carrega as marcas dos interesses desses grupos. São essas marcas, defendo aqui, que ensejam a desconfiança generalizada com relação à ciência que se alastra neste século de desafios tão complexos. Com isso quero dizer que, se hoje muitas pessoas desconfiam da ciência e até se recusam a vacinar seus filhos, isso se dá não por serem “burras” ou “crentes”, mas, ao contrário, porque são inteligentes o suficiente para perceber que há algo de fantasioso nas narrativas de progresso. A Natureza agoniza diante de nossos olhos e as condições de vida das pessoas se deterioram em amplas regiões do planeta. As jornadas de trabalho parecem aumentar no mesmo passo em que se desenvolvem novas tecnologias. Direitos trabalhistas conquistados em batalhas históricas são perdidos. Assim, é justo que se perceba que este projeto não nos interessa, a nós, os 99%, ainda que nem todos possamos dispor das

¹⁷ Cf., POPPER, *A lógica da pesquisa científica*.

¹⁸ A noção de incomensurabilidade dos paradigmas é introduzida de maneira algo ingênua por Thomas Kuhn em 1962, quando ele descreve a mudança de paradigma que ocorre por ocasião de uma revolução científica: “À medida que os problemas mudam, mudam também, seguidamente, os padrões que distinguem uma verdadeira solução científica de uma simples especulação metafísica, de um jogo de palavras ou de uma brincadeira matemática. A tradição científica normal que emerge de uma revolução científica é não somente incompatível, mas muitas vezes verdadeiramente *incomensurável* com aquela que a precedeu.” (KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 138. Grifo meu.) No posfácio que aparece na edição de 1969 de *As estruturas das revoluções científicas*, Kuhn procura esclarecer essa noção, que fora alvo de críticas por parecer impossibilitar a avaliação racional das mudanças de paradigma que acompanham as revoluções científicas. Ali, ele descreve a incomensurabilidade sobretudo como uma dificuldade de tradução: na Revolução Copernicana, por exemplo, termos como Terra e planeta passam a ter significados profundamente diferentes daqueles que tinha no geocentrismo (a Terra não era considerada um planeta quando repousava no centro do mundo; os planetas não eram essencialmente diferentes das estrelas). “Dois homens que percebem a mesma situação de maneira diversa e que, não obstante isso, utilizam o mesmo vocabulário para discuti-la, devem estar empregando as palavras de modo diferente. Eles falam a partir daquilo que chamei de pontos de vista incomensuráveis. Se não podem nem se comunicar, como poderão persuadir um ao outro?” (KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*, p. 246).

ferramentas críticas para encontrar o cerne do problema ou alguma possível solução. A tarefa do professor-pesquisador comprometido com a democracia é urgente e consiste justamente no desenvolvimento e disseminação dessas ferramentas.

Os problemas que deram ensejo ao atual cenário de desconfiança de amplas parcelas da população com relação à ciência, à pesquisa, à educação e mesmo à cultura entendida de uma maneira mais ampla só tendem a se acentuar conforme se aprofunda a distância entre os “produtos” científico-tecnológicos oferecidos à sociedade e os anseios de libertação das pessoas que a constituem. Essa situação assemelha-se àquela descrita por Simone de Beauvoir na segunda parte do seu estudo fundamental *O segundo sexo*, onde a mulher recusa um certo modelo masculino de racionalidade não por ela ser de fato irracional, mas porque percebe a desonestidade que está na motivação dos argumentos que se impõem com a violência do silenciamento mal disfarçado de diálogo:

O homem persegue a quimera de uma companheira livremente escrava: quer que, cedendo-lhe, ela ceda à evidência de um teorema; mas sabe que ele próprio escolheu os postulados a que se prendem suas rigorosas deduções; enquanto ela evita rediscuti-las, ele lhe tapa facilmente a boca; nem por isso a convence, porquanto ela adivinha a arbitrariedade dessas deduções. Por isso ele a acusará com irritação e obstinação de ilogismo: mas ela recusa participar do jogo porque sabe que os dados são viciados.¹⁹

O espaço da crítica é justamente aquele entre a submissa e silenciosa aquiescência e a rebelião desorientada, infrutífera. Depende de debates muito mais abertos do que aqueles a que a comunidade científica tem em geral se mostrado disposta, debates que contemplem a possibilidade de se reconstruir ou reformular a sociedade, de pensá-la a partir de novos postulados. Mas para isso seria preciso discutir esses postulados, o que certamente não interessa àqueles que os propõem como necessários. Como descreveu Thomas Kuhn²⁰, o trabalho científico normal, que leva a uma rápida resolução de problemas em uma dada área do conhecimento, depende de que postulados e métodos sejam compartilhados por toda a comunidade científica. A discussão acerca de princípios é característica do estágio pré-científico e dos momentos de crise. E, como acrescenta Isabelle Stengers²¹, as exigências de produtividade quase industrial na universidade deste início de século XXI impedem a reflexão profunda e a dissidência, ao mesmo tempo em que obrigam pesquisadores a trabalhar em áreas altamente especializadas que possibilitam a publicação veloz de artigos que somente serão lidos por pesquisadores igualmente especializados e comprometidos com a eficiência. Uma ciência voltada à preservação da vida, à melhoria das condições de existência de todas as pessoas, animais e plantas, deve, entretanto, ser capaz de fazer justamente isso, colocar todos os postulados em questão. A revolução científica que se impõe diante de nós tem como alternativa a barbárie. E ela exige que encaremos, de frente e sem hipocrisia, essa tarefa monumental de reconstrução e reinvenção.

¹⁹ BEAUVOIR, *O segundo sexo*, 2 Vols, p. 423.

²⁰ Cf. KUHN, *A estrutura das revoluções científicas*.

²¹ STENGERS, *Another science is possible: a manifesto for slow science*, p. 107.

O pensador indígena Ailton Krenak²² considera “um abuso do que chamam de razão”²³ o apagamento de narrativas comuns entre povos nativos, nos Andes como na África, nas quais montanhas são consideradas seres vivos amigos dos povos que nelas habitam. Por que as montanhas precisam ser consideradas agregados inanimados de átomos, sem valor nenhum senão na medida em que podem ser extraídas como minério para participar das transações econômicas globais? Sabemos que não é possível provar a veracidade dessa cosmovisão, pelo menos não da mesma forma certa como se pode provar, por exemplo, o teorema de Pitágoras. Seria ético continuarmos a impô-la a todos os povos da Terra, mesmo quando sabemos que o futuro que nos aguarda nada tem de brilhante?

A alternativa que proponho aqui é uma ciência social e epistemologicamente inclusiva, financiada pelo Estado (e não pela iniciativa privada) e que busque ativamente livrar-se de suas raízes colonialistas, racistas, patriarcais e voltadas à guerra e à acumulação de capital. Defendo que uma tal “ciência sucessora” gozará de suficiente objetividade para fazer frente à multiplicação de discursos autoritários e irracionistas que deve se acelerar nos próximos anos com o desenvolvimento de novas tecnologias. Não é exagero afirmar que uma ciência desse tipo vem sendo gestada, especialmente na última década, na universidade pública brasileira. A instalação de campi universitários nas periferias das grandes cidades e em regiões distantes dos grandes centros, assim como as políticas afirmativas e, em especial, as políticas de cotas, criaram um ambiente de pluralismo epistêmico muito favorável ao desenvolvimento da ciência cidadã ou ciência para os 99% que defendo aqui.

Pesquisa científica, políticas afirmativas e combate ao negacionismo

Hugh Lacey²⁴ critica a supervalorização daquelas que ele denomina estratégias de pesquisa “descontextualizadas”: aquelas metodologias que, tirando os objetos de seus contextos, constroem deles representações simplificadoras o bastante para serem tratadas matematicamente e reproduzidas em laboratório.²⁵ Se é verdade que essas estratégias trouxeram avanços de fato importantes para a ciência e a sociedade, como por exemplo as vacinas, também é verdade que não há nenhuma justificativa racional para que sejam consideradas epistemicamente superiores a outras estratégias de pesquisa tais como os

²² KRENAK, *Ideias para adiar o fim do mundo*, p. 19

²³ Ver também: “Quando nós falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem: ‘Isso é algum folclore deles’; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: ‘Não, uma montanha não fala nada.’ Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para se tornarem resíduos para a atividade industrial e extrativista.” (KRENAK, *Ideias para adiar o fim do mundo*, p. 49.)

²⁴ Cf. LACEY, “Ciência, respeito à natureza e bem estar humano”.

²⁵ “Ela [a abordagem descontextualizada] incorpora estratégias sob as quais as teorias admissíveis são restringidas de modo que possam representar fenômenos e encapsular suas possibilidades em termos que expressem a legalidade desses fenômenos, portanto, em termos da possibilidade de serem gerados a partir de suas estruturas subjacentes e de seus componentes, processos e interações, ou das leis que os governam. Esse modo de representação dos fenômenos os descontextualiza, dissociando-os de qualquer lugar que possam ter em relação a arranjos sociais, a vidas e experiências humanas, de qualquer ligação com a atividade humana, com valores e qualidades sensoriais, de toda possibilidade que possam assumir em virtude de sua colocação em contextos sociais, humanos e ecológicos particulares. Complementando essas restrições impostas às teorias admissíveis, os dados empíricos são selecionados e reportados por meio da utilização de categorias descritivas que geralmente são quantitativas e aplicáveis em virtude de operações instrumentais, experimentais e de mensuração.” (LACEY, “Ciência, respeito à natureza e bem estar humano”, p. 305.)

estudos de campo que investigam os impactos e respostas das comunidades indígenas à pandemia de Covid-19. Em contrapartida à supremacia das estratégias descontextualizadas, Lacey defende uma abordagem pluralista, na qual nenhuma metodologia, por mais eficaz que seja, seja considerada superior às demais: “A pesquisa científica é consistente com o pluralismo metodológico, ou seja, que a pesquisa adequada sobre alguns objetos deve ser conduzida de acordo com estratégias que não são redutíveis àquelas que se ajustam à abordagem descontextualizada.”²⁶

A filósofa negra estadunidense bell hooks se vale da distinção entre pluralidade e diversidade estabelecida por Judith Simmer-Brown para defender o caráter pluralista da educação democrática:

[...] pluralismo não é diversidade. Diversidade é um fato da vida moderna – especialmente nos Estados Unidos. Há tremendas diferenças em nossas comunidades – étnicas, raciais, religiosas. A diversidade sugere o fato dessas diferenças. Pluralismo, por outro lado, é uma resposta ao fato da diversidade. No pluralismo, nos comprometemos a nos engajarmos com a outra pessoa ou a outra comunidade. O pluralismo é um compromisso de se comunicar com e em relação a um mundo maior – com uma vizinhança muito diferente ou uma comunidade distante.²⁷

O pluralismo metodológico visa, portanto, ao diálogo e à democracia nas atividades de ensino e pesquisa. Trata-se não apenas de transformar os espaços onde essas atividades são desenvolvidas em ambientes mais diversos, mas de dar um passo além e acolher a diversidade de pontos de vista trazida por esses atores nas atividades de ensino e pesquisa. E isso depende de que não se exija que todas essas visões sejam julgadas e balizadas pelo pensamento científico europeu, o que implicaria um pluralismo de fachada. A questão que se coloca para educadores e cientistas democráticos é como promover esse diálogo franco e aberto em um contexto onde cada vez mais vozes autoritárias e fundamentalistas se levantam.

O primeiro passo para que haja pluralismo na universidade é que ela seja diversa. A política de cotas foi instituída pela Lei 12.711²⁸, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012. A lei foi o primeiro passo para a implantação de políticas afirmativas que hoje garantem o acesso às universidades e aos institutos federais de alunos tradicionalmente excluídos desses espaços, aqueles provenientes de escolas públicas, pretos e pardos, indígenas, transsexuais e também com perfil socioeconômico desprivilegiado e deficientes. Graças ao sucesso amplamente observado nas universidades e institutos federais, sistemas semelhantes foram posteriormente adotados por outras universidades públicas brasileiras, como a estaduais paulistas. Além de serem medidas indispensáveis de reparação histórica, essas políticas têm mostrado na prática a pertinência das teorias epistemológicas feministas de saberes situados ou localizados²⁹.

²⁶ LACEY, “Ciência, respeito à natureza e bem estar humano”, p. 305.

²⁷ SIMMER-BROWN *apud* hooks, “Educação democrática”, In: CÁSSIO, F. (Org.), 2019, pp. 204-205.

²⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

²⁹ Cf. HARDING, *The science question in feminism* e HARAWAY, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”.

De acordo com essas teorias, um primeiro passo para se superar a subjetividade inescapável a qualquer afirmação científica consiste justamente em recusar a ideia de uma visão superior e quase divina para reconhecer seu caráter localizado, parcial. Nas palavras de Donna Haraway:

Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada legar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pós-industriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens, isto é, aqui, na barriga do monstro, nos Estados Unidos no final dos anos 80. Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados.³⁰

As epistemologias de saberes localizados buscam a superação da dicotomia entre o construcionismo social radical do ‘programa forte’³¹ e as afirmações prepotentes de verdade de uma ciência hostil e militarista que se impõe como plenamente objetiva e livre de qualquer historicidade. Afinal, por mais que as nossas teorias científicas sejam socialmente construídas, elas possuem pontos de contato com um mundo que compartilhamos e no qual desejamos ser capazes de intervir de maneira bem informada. A “ciência sucessora” deve ser capaz de sustentar “projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada”³². A construção dessa ciência sucessora, voltada à vida e à libertação e não mais ao poder bélico, à exploração da natureza e ao controle dos nossos corpos, pode ser alcançada (esta é a proposta) a partir do pressuposto da multiplicidade de vozes e visões de mundo - desde que se reconheça a impossibilidade de uma objetividade plena, mas desde que também não se abandone o objetivo de alcançar *alguma* objetividade.

³⁰ HARAWAY, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, p. 18.

³¹ Thomas Kuhn, que não era simpático ao “programa forte”, o descreve de maneira vívida: “De fato, a forma mais extrema desse movimento, denominada por seus proponentes ‘o programa forte’, tem sido geralmente entendida como a defesa de que o poder e interesses são tudo o que há. A própria natureza, seja lá o que for isso, parece não ter papel algum no desenvolvimento das crenças a seu respeito.” (KUHN, *O caminho desde a estrutura*, p. 139). Paul Feyerabend, por sua vez, era mais afeito à ideia de que o estabelecimento das ideias científicas depende de correlações de força e circunstâncias sócio-históricas, não podendo ser explicado pelos conteúdos ou valores epistêmicos satisfeitos por essas ideias. Em uma passagem frequentemente citada do *Contra o método*, ele escreve: “É claro, portanto, que a ideia de um método estático ou de uma teoria estática de racionalidade funda-se em uma concepção demasiado ingênua do homem e de sua circunstância social. Os que tomam do rico material da história, sem a preocupação de empobrecê-lo para agradar a seus baixos instintos, a seu anseio de segurança intelectual (que se manifesta como desejo de clareza, precisão, ‘objetividade’, ‘verdade’), esses vêem claro que só há um princípio que pode ser defendido em todas as circunstâncias e em todos os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio: tudo vale” (FEYERABEND, *Contra o método*, p. 34).

³² HARAWAY, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, p. 16.

Pois não se pode intervir em um mundo que não é possível, pelo menos em alguma medida, conhecer, o que faz do “programa forte” uma visão excessivamente reacionária sobre a ciência para servir aos fins transformadores que interessam aos 99%, ou seja, à vasta maioria da população mundial.

Apesar das contradições presentes na universidade pública brasileira, apontadas acima, ela abriga tradições de pesquisa em que a ciência é construída democraticamente e pode subsidiar uma educação igualmente democrática³³, capaz de desenvolver um senso crítico robusto na comunidade de modo a imunizá-la contra discursos enviesados e contrários aos seus próprios interesses. Chamo aqui essa ciência de “ciência para os 99%” e procurarei caracterizá-la em linhas muito gerais nos parágrafos abaixo:

Em primeiro lugar, é preciso observar que não basta trazer mais mulheres para a ciência. É preciso que homens e mulheres envolvidos com a produção de saber científico estejam comprometidos com a luta contra o sexismo e a opressão patriarcal, bem como com a construção de alternativas mais democráticas de futuro. Se entendemos o feminismo como um movimento que tem o objetivo de promover a libertação de todas as mulheres, fica claro que não será suficiente a ascensão de uma minoria privilegiada à universidade e a outros espaços de prestígio. Uma ciência feminista e verdadeiramente libertadora é aquela que visa construir novas representações do mundo que não sejam voltadas prioritariamente ao poderio bélico, ao controle dos corpos e à exploração desmedida da natureza, mas à preservação do clima, da biodiversidade e das culturas, bem como à melhoria das condições de vida de todas as pessoas.

Do ponto de vista metodológico, uma ciência sucessora feminista é aquela que procura superar a ordenação do mundo segundo dicotomias. Boa parte do clássico *O segundo sexo* de Beauvoir é dedicada a denunciar como a dicotomia natureza-cultura tem servido para promover a opressão das mulheres, ao associá-las à natureza (ou aos conceitos correlatos de corpo ou matéria) enquanto os homens são associados à cultura, à mente e ao pensamento. A dicotomia sujeito-objeto também é submetida a rigorosa crítica pelas filósofas feministas da ciência, em especial aquelas ligadas ao feminismo decolonial³⁴, na medida em que fundamenta a opressão de corpos sexualizados, racializados ou marcados de alguma outra maneira em um sistema global imperialista e marcado por desigualdades regionais. Gostaria de acrescentar a estas a dicotomia aparência-realidade subjacente. A maneira como valorizamos nossas construções teóricas em detrimento da diversidade que o mundo nos apresenta também é incompatível com uma ciência democrática e pluralista, embora este seja um tema que demanda uma análise mais extensa e que foge ao escopo deste artigo.

Além disso, a ciência para os 99% é ativamente antirracista. Comprometida não apenas com a libertação das mulheres, mas de todos os seres humanos, ela promove uma crítica ao eurocentrismo epistêmico e às raízes colonialistas e racistas de uma tradição que,

³³ Se nos Estados Unidos a educação democrática é uma “subcultura” dentro das universidades (Cf., hooks, “Educação democrática”, p. 206), no Brasil, apesar das diferenças regionais, ela é claramente mais presente do que isso, constituindo uma parcela significativa do trabalho desenvolvido nas instituições públicas de ensino e pesquisa.

³⁴ “Quero pensar o colonizado não como simples imaginado e construído pelo colonizador e pela colonialidade, de acordo com a imaginação colonial e as restrições da sua cultura capitalista, e sim como um ser que começa a habitar um lócus fraturado construído duplamente, que percebe o mundo duplamente, relaciona-se duplamente, onde os ‘lados’ estão em tensão e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do Eu colonizado em relações múltiplas.” (LUGONES, “Rumo a um feminismo decolonial”, pp. 364-365).

apesar de apresentada como universal, até hoje serviu para justificar e fornecer os meios que tornam possível a subjugação de povos, países e continentes inteiros a um ordenamento mundial arbitrário, injusto e insustentável. Não é possível construir uma ciência sucessora que promova um mundo menos hostil sem uma crítica direta ao racismo. Do ponto de vista epistemológico, é preciso superar a ausência de saberes ameríndios, africanos e afrodiáspóricos nos currículos, o que depende da criação de condições de diálogo e tradução entre saberes a princípio inconciliáveis. Também não é possível que uma ciência voltada ao aprofundamento da democracia continue a ignorar a desigualdade racial em um país como o Brasil, onde a herança escravagista é tão ubíqua. A ciência para os 99% é acessível a todos, baseada no pluralismo epistêmico e comprometida com a superação do racismo.

A ciência para os 99% tem também o compromisso de confrontar as desigualdades sociais. Nos últimos anos, o abismo entre os que têm demais e os que nada possuem se aprofundou no mundo e mais ainda no Brasil, devido às políticas ultraliberais do governo de extrema direita. A pesquisa científica voltada à libertação é aquela que aborda o problema da desigualdade a partir de uma pluralidade de perspectivas e metodologias, em um esforço coletivo que reconhece a urgência de se alcançar uma sociedade mais justa. No âmbito da universidade pública brasileira, esse compromisso se traduz no reconhecimento do valor epistêmico do ingresso e da não evasão de alunos de baixa renda, que deve motivar políticas como bolsas de estudo, de trabalho e de permanência, restaurantes universitários subsidiados e de qualidade, moradias estudantis e, sobretudo, a manutenção intransigente da gratuidade de todas as atividades oferecidas.

A ciência para os 99% é aquela que busca se afastar de suas origens ligadas ao imperialismo, ao colonialismo e ao capitalismo mercantil. É preciso reconhecer que não apenas a ciência do início do Século XX deu ensejo à bomba atômica e a uma nova era de agressão imperialista, mas a própria ciência dos séculos XVII e XVIII que deu origem ao Iluminismo está ligada a projetos europeus de exploração colonial. Enquanto William Gilbert descobria que a Terra é um grande ímã e Kepler escrevia sua *Astronomia nova*, revoltas camponesas haviam sido massacradas, centenas de milhares de mulheres eram queimadas como bruxas³⁵, a montanha de prata de Potosí era arrancada do chão e levada de navio para a Europa. Pernambuco era o maior produtor de açúcar do mundo e o Haiti a colônia mais lucrativa da França. As consequências desse contexto para a nossa visão científica de mundo apenas começam a ser investigadas. Isabelle Stengers³⁶ forjou a expressão “reativar o animismo” justamente por reconhecer que a crise que enfrentamos não pode ser resolvida pelo mesmo tipo de cosmovisão que a produziu.

A ciência verdadeiramente futurista neste início de Século XXI é aquela que enfrenta os desafios de interromper as mudanças climáticas e promover a recuperação da biosfera. A

³⁵ A visão mecanicista da natureza, que surgiu com o início da ciência moderna, “desencantou o mundo”. Mas não há provas de que aqueles que a promoveram tenham, em algum momento, falado em defesa das mulheres acusadas como bruxas. Descartes se declarou agnóstico acerca desse assunto; outros filósofos mecanicistas (como Joseph Glanvill e Thomas Hobbes) apoiaram fortemente a caça às bruxas. O que acabou com a caça às bruxas, conforme demonstrou Brian Easlea de forma convincente, foi a aniquilação do ‘mundo das bruxas’ e a imposição da disciplina social requerida pelo sistema capitalista triunfante.” (FEDERICI, *Calibã e a bruxa*, pp. 364-365).

³⁶ Cf. STENGERS, “Reativar o animismo”.

humanidade não pode viver apartada de Gaia.³⁷ Vandana Shiva³⁸ define as culturas dos povos nativos das regiões tropicais como portadoras dos “saberes futuristas” aqueles que nos permitirão habitar a Terra no futuro. Esses povos souberam conservar suas florestas e criar maneiras de viver em harmonia com a natureza. A abertura epistêmica a esses saberes é condição necessária para a superação dos desafios mais importantes do Século XXI. Essa abertura não significa convivência com os fundamentalismos religiosos, que atacam com máxima virulência justamente os saberes ameríndios, africanos e afrodiáspóricos. Culpar os “pós-modernos” pela ascensão do fundamentalismo religioso porque defendem a importância desses saberes não europeus é uma falácia que ainda precisa ser desfeita pela análise crítica. Procuo aqui contribuir neste sentido ao propor que a desconfiança generalizada da população com relação à ciência deriva, antes, de outros fatores, mais ligados à vida cotidiana do que os escritos de Foucault ou Feyerabend. Em resumo, a ciência simplesmente não tem cumprido a sua promessa de melhorar as vidas das pessoas.

A ciência para os 99% é aquela que rompe com suas origens bélicas, as quais remontam pelo menos às catapultas que defendiam Siracusa durante as Guerras Púnicas e que tem seu ponto culminante com a escalada dos arsenais nucleares que hoje ameaçam a totalidade da biosfera.

A ciência libertadora também é aquela que investiga alternativas mais saudáveis e sustentáveis à agricultura industrial da chamada Revolução Verde e àquela baseada em transgênicos, o que mais uma vez depende da descolonização do pensamento e da adoção de estratégias de pesquisa que privilegiem o pluralismo metodológico.³⁹

A ciência libertadora ou para os 99% é pioneira na promoção do internacionalismo. A pandemia de Covid-19 tem tornado evidente a importância da colaboração internacional para o avanço científico. Assim como as mudanças climáticas, os vírus também não respeitam fronteiras. Nossos problemas são comuns e só podem ser solucionados através de diálogo e cooperação entre os povos. Nesse sentido, os espaços onde se dá a colaboração, o encontro e o debate entre pesquisadores devem ser fomentados, na contramão das políticas neoliberais que estrangulam as reuniões científicas ao escolher não as financiar.

Por fim, a ciência é território comum da humanidade e não pode sofrer cercamentos por parte do capital: a pesquisa financiada publicamente goza de maior independência do que aquela financiada pelo capital privado. É difícil garantir que a pesquisa produzida visando ao lucro vá também atender a critérios rigorosos de objetividade e ainda servir aos interesses da coletividade. O comprometimento da objetividade científica pela busca do lucro constitui a causa principal, quero insistir, do atual estado de desconfiança generalizada com relação às ciências que agora precisamos enfrentar. O acesso livre a jornais científicos, políticas editoriais “copyleft”, a disseminação de instituições de ensino e pesquisa gratuitas e inclusivas, são medidas que contribuem para melhorar a percepção geral da população sobre a pesquisa científica ao torná-la menos dependente dos interesses do capital privado e mais

³⁷A temperatura média da superfície de Marte é de cerca de sessenta graus negativos, e é criminoso que a transferência da humanidade para esse planeta seja apresentada por um bilionário como Elon Musk e setores da mídia como uma saída viável para a degradação da biosfera. Cabe à Ciência dos 99% refutar esse tipo de falácia.

³⁸ SHIVA, *Monoculturas da mente*, p. 162.

³⁹ Sobre este assunto, ver SATTLER, “Um projeto ecofeminista para a complexidade da vida”; SHIVA, *Monoculturas da mente* e também LACEY, “Ciência, respeito à natureza e bem estar humano”.

próxima da coletividade que ela deve representar e cujas aspirações de libertação deveria atender.

Considerações finais

Ou a ciência será de todas e de todos, ou pelo menos dos 99%, ou ela não será: eis o desafio que a barbárie nos impõe. Decorre da própria natureza pluralista do projeto esboçado acima que ele precisa ser construído democrática e coletivamente; as considerações acima apenas balizam uma região onde podemos nos deslocar na construção de uma ciência sucessora que sirva aos interesses da maioria da população do planeta e promova a valorização da vida, o que inclui a conservação e recuperação da biosfera, o respeito aos animais, a melhoria das condições de vida de todos os seres humanos, a promoção dos direitos reprodutivos das mulheres, a superação do racismo, da heteronormatividade e de todas as formas de preconceito, a promoção da liberdade, da justiça e da paz. Essa ciência, assim como o futuro proposto no manifesto *Feminismo para os 99%*, é necessariamente anticapitalista, ou pós-capitalista. Tudo isso parece menos vago quando reconhecemos que a ciência hoje serve, amplamente, às tecnologias de assassinato em massa, ao imperialismo, ao controle dos nossos corpos e à exploração desmedida e irracional de uma natureza da qual já não nos vemos como parte.

Voltando ao problema da resposta decididamente anticientífica do Governo Bolsonaro à pandemia de Covid-19, chama a atenção a adesão ao governo de 33% da população⁴⁰, apesar das dezenas de milhares de mortes causadas pelas políticas claramente genocidas e irresponsáveis do presidente. Como explicar que tantas pessoas continuem sem acreditar na gravidade da doença ou mesmo na existência do vírus? E, o que é mais urgente, como explicar que pessoas com formação universitária, muitas vezes médicos formados em excelentes universidades públicas, possam aderir a esses discursos tão vulgares, como o uso da cloroquina? Para buscar um início de explicação para um fenômeno que certamente ainda renderá muitas análises interessantes, gostaria de citar um trecho do matemático e filósofo alexandrino Cláudio Ptolomeu, que escreveu na sua obra prima, o *Almagesto*:

Com relação à conduta virtuosa nas ações práticas e ao caráter, essa ciência [a matemática] acima de todas as coisas, poderia ajudar os homens a enxergar claramente; pois a constância, ordem, simetria e calma que são associadas ao divino [o mundo celeste, composto de seres eternos que seguem trajetórias geométricas, circulares], ela faz de seus seguidores amantes dessa divina beleza, acomodando-os e reformando suas naturezas, como se fosse, rumo a um semelhante estado espiritual.⁴¹

O *Almagesto* serviu como texto fundamental em astronomia por mais de mil anos, e é uma das obras mais estudadas e comentadas da história da humanidade (mesmo o *De Revolutionibus* de Copérnico segue de perto a estrutura, capítulo a capítulo, traçada por

⁴⁰ Fonte: Pesquisa Datafolha feita nos dias 25 e 26 de maio de 2020 disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/05/1988731-reprovacao-a-bolsonaro-sobe-atinge-43-aprovacao-fica-estavel.shtml>.

⁴¹ PTOLOMEU, *Almagest*, pp. 36-37. Tradução minha a partir do inglês.

Ptolomeu). Não é exagero afirmar que a supervalorização da matemática defendida na passagem acima, não apenas enquanto ciência mais adequada à razão humana (como defendido nos parágrafos anteriores do *Almagesto*) e ao estudo dos movimentos perfeitos dos corpos celestes, mas inclusive como o caminho privilegiado para o aperfeiçoamento da moral e da conduta virtuosa foi muito influente na constituição do espírito científico ocidental – e das estruturas curriculares que seguimos até hoje. E, no entanto, podemos ver claramente que Ptolomeu estava errado: pessoas com sólida formação científica, que conhecem bem aquelas estratégias ou metodologias de pesquisa que Hugh Lacey denominou “estratégias descontextualizadas”, não estão imunes ao obscurantismo de que dependem as renovadas formas de fascismo que estamos a enfrentar.

Somente uma educação democrática e inclusiva, que se expanda para além dos muros da universidade, pode cumprir o papel de deter a barbárie. Isso só reforça a importância do pluralismo metodológico buscado pelos currículos dos bacharelados interdisciplinares que proliferaram pelo Brasil nos últimos anos, nos quais mesmo os alunos de ciências exatas devem cursar alguns créditos de humanidades, mas também das políticas afirmativas que, ao criar um ambiente mais plural em sala de aula, podem conduzir a um intercâmbio de ideias que transcendem os limites muitas vezes excessivamente voltados às ciências exatas, matemáticas e descontextualizadas. Podemos alcançar o pluralismo, se não nos deixarmos destruir.

Por fim, a pandemia também tem mostrado a importância das nossas instituições públicas de ensino e pesquisa. Em primeiro lugar, porque nada indica que uma vacina desenvolvida pela iniciativa privada vá ser amplamente acessível à população. Ademais, ficou claro que um problema tão complexo exige uma rede de análises multidisciplinares que vai muito além da descoberta da vacina: pesquisas sobre epidemiologia e o comportamento dos vírus, mas também sobre o acesso de diferentes parcelas da população a tratamentos e medidas profiláticas, a distribuição regional de hospitais, cadeias de produção e distribuição de alimentos, as violências experimentadas pelas famílias durante a quarentena, as dificuldades e desigualdades envolvidas no ensino à distância e muitos outros temas que seria impossível enumerar aqui.

Se o momento de singularidade que vivemos nos trará um mundo melhor ou pior, essa é uma questão central: é difícil neste momento respondê-la, mas parece-me claro que, se for um mundo melhor, será um mundo onde há espaço para universidades públicas, gratuitas e inclusivas. Não me parece viável, por tudo o que foi levantado acima, imaginar que a ciência libertadora que se faz urgente possa ser produzida pela iniciativa privada. À antiga pergunta de Lênin, o que fazer?, minha resposta mais imediata seria: lutemos pelas nossas universidades!

Referências bibliográficas

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T. e FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 2 Vols. São Paulo: Nova Fronteira, 2016.

- CARA, D. “Contra a barbárie, o direito à educação”. In: CÁSSIO, F. (Org.) *Educação contra a barbárie*, São Paulo: Boitempo, pp. 25-31, 2019.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- HARAWAY, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, (5), pp. 7-41, 2009.
- HARDING, S. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- hooks, b. “Educação democrática”. In: CÁSSIO, F. (Org.) *Educação contra a barbárie*, São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 199-207.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- KUHN, T. *O caminho desde a estrutura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- LACEY, H. “Ciência, respeito à natureza e bem estar humano”. In: *Scientiae Studia*, Vol. 6, n.º 3, pp. 297-327, São Paulo: 2008.
- LEHER, R. *Autoritarismo contra a universidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LUGONES, M. “Rumo a um feminismo decolonial”. In: BUARQUE de HOLANDA (Org.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 357-377.
- MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- PTOLOMEU, *Almagest*. Trad. TOOMER, G. J., Nova Jersey: Princeton University Press, 1998.
- RIBEIRO, M. M. “Antipetismo e conservadorismo no facebook”. In: SOLANO, E. (Org.) *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SATTLER, J. “Um projeto ecofeminista para a complexidade da vida”. In: ROSENDO et al. (Orgs.) *Ecofeminismos*. Rio de Janeiro: Apeku, 2019.
- SHIVA, V. *Monoculturas da mente*. Rio de Janeiro: Gaia, 2002.
- SAUVAGEAU, F. et al. *Les fausses nouvelles: nouveaux visages, nouveaux défis*. Québec: Presses de l'Université Laval, 2018.

STENGERS, I. *Another science is possible: a manifesto for slow science*. Cambridge: Polity Press, 2018.

STENGERS, I. “Reativar o animismo”. In: *Chão de feira*, (62) pp. 1-15, São Paulo: 2017.

VASCONCELLOS-SILVA, P. e CASTIEL, L. “COVID-19, as *fake news* e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas”. In: *Cadernos de saúde pública*. Vol. 36, n.º 7, Rio de Janeiro: 2020.

VILA DE PRADO, R. “La posverdad y la espiral del silencio”. In: *Revista Aportes*, n.º 24, La Paz, 2018.

WIGHT, C. “Post-truth, postmodernism and alternative facts”. In: *New perspectives*, Vol. 26, n.º 3, pp. 17-29, Praga, 2020.